16:49 67%

8 de janeiro foi contido, não derrotado

Estrutura material e ideológica do autoritarismo nem começou a ser desarmada

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SEPC

Existiu algo de cínico e patético nas falas sobre o primeiro aniversário da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. O patético insuperável irrompeu da boca de Aldo Rebelo, para quem "atribuir tentativa de golpe a bando de baderneiros é uma desmoralização da instituição do golpe de Estado". A "instituição do golpe de Estado" realmente se desmoraliza diante de analista assim.

O cínico marcou presença no esforço retórico de simular normalidade e disfarçar a inapetência institucional para responsabilizar perpetradores intelectuais e materiais da violência política.

O STF disse apenas que o "tribunal agiu com celeridade e imparcialidade para investigar e responsabilizar os que atentaram contra a democracia". Alexandre de Moraes assegurou que "todos aqueles que tiverem a responsabilidade comprovada, após o devido processo legal, serão responsabilizados." Luís Roberto Barroso prometeu que "estamos enterrando definitivamente o golpismo no Brasil", "para evitar que isso aconteça de novo".

Lula afirmou que "a gente mapeou corretamente quem era que estava com quem, quem estava querendo ou não dar golpe". Alckmin foi mais analítico: "Não é possível punir só quem estava ali dentro. (...) Pode ser civil, pode ser militar, servidor público, privado, não importa. A lógica da República é que a lei é para todos. Aliás, digo mais: quanto maior a responsabilidade, a autoridade, o poder, maior deve ser o cumprimento da lei."

A verve triunfalista e abstrata dos discursos esconde o que quer, e revela o que não quer: a punição de gente poderosa e a prevenção de novas tentativas não só não começaram, como já parecem estar fora de cogitação. Os sinais e evidências são diversos.

Foram punidos a 16 anos de prisão, por exemplo, o pedreiro Charles dos Santos e a professora Cibele Matos, patrocinados a visitar Brasília e lutar pelo "Deus acima de todos", conforme lhes orientaram as redes de desinformação (as redes e provedores de conteúdo, a propósito, estão fora da lista de punidos). Aqueles com coturno, com dinheiro e muita vontade de instituir um regime de supressão de direitos e liberdades permanecem ilesos.

A distância entre os crimes de Charles e Cibele e os crimes dos líderes do porão é incomensurável. A coragem espalhafatosa para punir Charles e Cibele é diretamente proporcional à covardia para punir quem manda.

O espírito na capital do país, novamente, é o da "pacificação". Este termo, na história brasileira, é sinônimo de complacência, pacto de silêncio, omissão e impunidade. É uma forma dissimulada de capitular e violar o dever constitucional. Para completar a cartilha da prestidigitação, embralha se a renúncia num discurso de heroísmo.

A "pacificação" mais escandalosa, apesar de sua recorrência histórica, se dá com as Forças Armadas. Nenhum militar foi indiciado, denunciado ou preso. Todas as propostas de reforma normativa para democratizar e despolitizar os quartéis, semeadas dentro do próprio governo, foram abandonadas. A reabertura da Comissão de Mortos e Desaparecidos foi engavetada.

Militares foram também premiados. Nomeações de militares da ativa para ministérios continuam autorizadas. Levaram o maior orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento (afinal, militares e "crescimento" têm muito em comum). As pensões vitalícias para parentes de militares foram mantidas.

Quando Lula diz que "perdão soaria como impunidade", ele definitivamente não olhava para os maiores articuladores e executores de golpe do passado e do presente. Generais e financiadores continuam a ter o sono sereno.

O Brasil continua a participar do fenômeno global de autocratização. Nos quatro anos anteriores, o país foi uma das lideranças desse processo. A celebrar, em 2023, apenas o fato de que o resultado eleitoral de 2022 foi respeitado e a tarefa democrática elementar de substituição de governo foi realizada. As instituições do país permanecem carentes de diagnóstico à altura da ameaça, e de um plano. Sobreviver importa, mas é pouco.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Marcos Augusto Gonçalves** | SÁB. Demétrio Magnoli

Lula chega ao Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, para encontro do Mercosul Daniel Ramalho - 7.dez.23/AFP

Página do governo Lula lançada no 8/1 promove site crítico à Lava Jato

Museu da Lava Jato fala em 'legitimar memória popular' sobre a operação e cita 'viés político' e 'espetacularização'

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O Repositório Digital para Construção do Museu da Democracia, lançado pelo governo Lula (PT) na segunda-feira (8) como parte das iniciativas voltadas à marca de um ano dos ataques golpistas de 8 de janeiro, promove um portal crítico à Lava Jato, com referências a "conluio", "viés político" e "espetacularização" da operação que chegou a levar o petista à prisão.

Iniciativa promovida pelo Ministério da Cultura e o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), o repositório incluiu o Museu da Lava Jato em seção que lista projetos de memória elaborados pela sociedade civil "voltados à compreensão das questões contemporâneas da democracia brasileira".

"O princípio é ampliar o diálogo da iniciativa com as ações já em desenvolvimento no país, fundamentais para se compreender os desafios e as questões mais sensíveis da democracia no Brasil", afirma o texto do site do governo.

O Museu da Lava Jato afirma em seu portal que a operação passou de uma iniciativa de grande apelo popular para "um grande escândalo internacional a partir do conluio entre procuradores e magistrado".

Projeto elaborado por um grupo de juristas, jornalistas e historiadores, o Museu da Lava Jato diz em sua página inicial que pretende "legitimar a memória popular" sobre a operação.

A iniciativa conta com um centro de documentação da Lava Jato, que reúne acervo jurídico e jornalístico sobre a operação e seus desdobramentos; um núcleo de pesquisa da lawfare (termo que designa o uso das leis para a disputa política) no Brasil; e um memorial dedicado à vigília Lula Livre, com fotos e uma linha do tempo com os acontecimentos.

O site do museu descreve ainda como sua missão "rememorar criticamente" os acontecimentos e desdobramentos envolvendo a Operação Lava Jato, a vigília Lula Livre, seus personagens e histórias. E cita a frase: "lembrar para não repetir".

Em um texto intitulado "Corrupção no Brasil: como chegamos aqui?", o Museu da Lava Jato argumenta que houve na operação um processo de "espetacularização das investigações", que, segundo o site, culminou no "clima político" do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e na prisão de Lula.

"Rapidamente, o viés político da 'campanha por justiça' destacou-se pela perseguição a figuras políticas de esquerda, principalmente, do Partido dos Trabalhadores (PT), que foi acatada por diversas esferas sociais e praticadas tanto por membros do magistério quanto pela população, incitada pela intensiva e invasiva cobertura midiática", diz o texto.

Na mesma seção de projetos da sociedade civil, são listadas pelo repositório do governo outras 13 iniciativas, entre elas um acervo colaborativo sobre as manifestações de junho de 2013, o Mobile (Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística), o arquivo digital Brasil Doc. e o Acervo Vladimir Herzog.

Também consta na lista o Memorial da Democracia, que é um museu virtual produzido pelo Instituto Lula que traz conteúdo sobre fatos históricos ocorridos no Brasil entre 1930 e 2010.

Integrantes do governo, aliados de Lula e apoiadores do petista tecem duras críticas à Lava Jato, que levou à prisão do presidente em abril de 2018.

Responsável pelos processos da operação no Paraná, o então ex-juiz Sergio Moro virou antagonista do petista.

Após a eleição de Jair Bolsonaro (PL), Moro se tornou ministro da Justiça do governo e, atualmente, é senador pelo Paraná. Ele é uma das vozes mais ativas na oposição a Lula.

Em 2019, a divulgação de mensagens trocadas entre Moro e procuradores envolvidos na operação indicou que houve colaboração dele com a força-tarefa, o que contribuiu para a contestação dos métodos da Lava Jato.

As mensagens foram primeiro publicadas pelo site The Intercept Brasil e, depois, por outros veículos de imprensa, entre eles a **Folha**.

Dois anos depois, o STF (Supremo Tribunal Federal) determinou a anulação de todas as condenações proferidas contra Lula pela 13ª Vara Federal da Justiça Federal de Curitiba, responsável pela Lava Jato — o que fez com que o petista ficasse apto a disputar as eleições de 2022.

Pouco depois, a corte decidiu que Moro foi parcial em ação na qual Lula havia sido condenado pelo suposto recebimento de um tríplex como forma de propina.

O repositório online é a primeira ação relacionada ao Museu da Democracia, espaço prometido pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, logo após os ataques de 8 de janeiro. A curadoria do site é de responsabilidade do Ibram.

Procurado, o Ministério da Cultura afirmou, em nota, que a equipe técnica do Ibram tem levantado iniciativas que se relacionem com a proposta do Museu da Democracia, que é "abordar a construção da democracia, a partir de fatos históricos e exemplos práticos de cidadania e luta social".

"Aquelas que possuem ações digitais estão sendo gradativamente identificadas e incluídas no repositório. O Museu da Lava Jato é um dos museus, sites e repositórios digitais que já existem e que serão apresentados como fonte de pesquisa e manifestação da sociedade civil e do poder público de diferentes esferas", diz a nota.

A ideia é que novas iniciativas e conteúdos possam ser incluídos no site. Segundo a pasta da Cultura, o repositório é uma ferramenta interativa de construção do Museu da Democracia, "alimentado com novos conteúdos conforme as pesquisas de técnicos do Ibram e colaboradores avançarem e também mediante participação da sociedade".

O repositório tem, entre outras seções, uma dedicada ao 8 de janeiro. Nela estão vídeos disponibilizados pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional) das ações dos golpistas nos prédios públicos que foram invadidos, que foram editados e passaram por curadoria feita pelo Ibram; uma linha do tempo com notícias publicadas ao longo do dia 8; e uma prévia do documentário "Domingo no Golpe", dirigido pela pesquisadora Giselle Beiguelman e pelo cineasta Lucas Bambozzi.

Há, também, um espaço dedicado a museus e pontos de memória, que reúne depoimentos de representantes de instituições com o tema democracia, e outro dedicado à participação social.

Fachin anula condenação de ex-tesoureiro do PT a 24 anos de prisão

José Marques

BRASÍLIA O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), anulou condenação a 24 anos de prisão do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, em ação da Operação Lava Jato.

De acordo com Fachin, o caso deve ser analisado pela Justiça Eleitoral do Distrito Federal. A acusação tratava de suposta arrecadação de propina para o PT na campanha eleitoral de 2010.

"Diante dos indícios de que houve a arrecadação de valores, sob a coordenação de João Vaccari, para pagamento de dívidas de campanha do Partido dos Trabalhadores no ano de 2010, afigura-se necessário, conforme orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reconhecer a competência da Justiça Eleitoral", disse o ministro.

O processo foi iniciado na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, responsável pela Lava Jato.

O juiz eleitoral que assumir o caso poderá validar as provas e atos feitos durante a investigação, segundo a decisão de Fachin.

Em nota, o advogado de Vaccari, Luiz Flávio Borges D'Urso, afirmou que a decisão confirma "o que a defesa sustentou desde o início".

"Essa decisão do Ministro Fachin restabelece a legalidade de um processo viciado desde o início, eivado de incontáveis ilegalidades e abusos, o qual propiciou imensas injustiças, todas irreparáveis aos acusados, os quais foram condenados injustamente", disse.

Vaccari foi condenado em 2017 por Sergio Moro e teve a pena aumentada pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região).

Também foram condenados no mesmo processo os marqueteiros João Santana e Mônica Moura.

Vaccari foi detido no Paraná de 2015 a 2019, quando deixou o regime fechado. Em 2021, ele teve outra condenação anulada, pelo Superior Tribunal de Justiça, em caso que envolvia Antonio Palocci.

Ele foi acusado de ser o operador do PT em esquema de corrupção de empreiteiras na Petrobras.